USINA SANTA ADÉLIA S.A.

CNPJ/MF nº 50.376.938/0001-89

Relatório da Diretoria

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Data: 19/06/2024 13:40:41 -03:00

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. **A Diretoria**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de março de 2024 com Relatório do Auditor Independente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	653.005	440.288	699.706	475.848
Aplicações financeiras	7		2.766		8.166
Contas a receber de clientes	8	7.999	9.002	10.181	12.792
Contas a receber - Cooperativa	9	51.877	108.981	51.877	108.981
Instrumentos financeiros derivativos	5	3.879	11.595	3.879	11.595
Estoques	10	89.223	62.320	89.223	62.320
Tributos a recuperar	11	21.271	24.028	23.597	25.982
Ativo biológico	12	280.333	248.101	280.333	248.101
Dividendos a receber	29	304	434	304	434
Outros ativos		9.277	1.142	9.311	1.213
Total do ativo circulante		1.117.168	908.657	1.168.411	955.432
Ativo não circulante mantido para venda		386	641	672	644
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	6.011	6.592	6.011	6.592
Instrumentos financeiros derivativos	5	15.515	9.056	15.515	9.056
Contas a receber - Cooperativa	9	158	924	158	924
Tributos a recuperar	11	19.193	14.892	19.193	14.892
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22		41.264		39.830
Depósitos judiciais	21	149.641	126.540	151.001	127.738
Outros ativos		1.775	964	1.855	1.077
		192.293	200.232	193.733	200.109
Propriedades para investimentos	13				
Investimentos	14	221.541	216.847	136.194	145.513
Outros investimentos		1.618	1.405	1.619	1.427
Imobilizado	13	1.200.823	1.030.657	1.262.373	1.088.798
Intangível	15	171.155	172.668	174.495	180.569
Direito de uso	16	787.352	774.183	787.352	774.183
Total do ativo não circulante		2.574.782	2.395.992	2.555.766	2.390.599
Total do ativo		**3.692.336**	**3.305.290**	**3.724.849**	**3.346.675**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	17	97.544	93.956	100.084	92.474
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	205.645	275.532	205.645	275.532
Instrumentos financeiros derivativos	5	5.630	2.781	5.630	2.781
Arrendamentos e Parcerias a pagar	16	131.067	134.850	131.067	134.850
Salários e encargos sociais	19	55.037	36.245	55.037	36.245
Tributos a recolher		20.559	14.537	22.338	16.094
Tributos parcelados	20	1.442		1.442	
Partes relacionadas	29	199			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29	50.294	18.649	50.294	18.649
Outros passivos		35.382	18.388	58.794	46.859
Total do passivo circulante		602.799	594.938	630.331	623.484
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	809.378	795.722	809.378	795.722
Instrumentos financeiros derivativos	5	4.741	5.410	4.741	5.410
Arrendamentos e parceiras a pagar	16	763.479	731.397	763.479	731.397
Tributos parcelados	20		1.077		1.077
Partes relacionadas	29	8.059			
Adiantamentos - cooperativa		14.590	14.590	14.590	14.590
Provisão para contingências	21	31.783	35.513	44.822	48.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	38.299		38.299	
Tributos sub-judice	20	113.573	92.840	113.573	92.840
Outros passivos		2.092	2.072	2.093	2.072
Total do passivo não circulante		1.785.994	1.678.621	1.790.975	1.691.460
Total do passivo		2.388.793	2.273.559	2.421.306	2.314.944
Patrimônio líquido	23				
Capital social		415.000	367.000	415.000	367.000
Reserva de capital		193.784	193.784	193.784	193.784
Reserva de lucros		699.708	471.361	699.708	471.361
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.949)	(414)	(4.949)	(414)
Total patrimônio líquido		1.303.543	1.031.731	1.303.543	1.031.731
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.692.336**	**3.305.290**	**3.724.849**	**3.346.675**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	24	1.505.313	1.292.520	1.540.239	1.340.743
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(1.062.575)	(1.041.263)	(1.074.825)	(1.053.760)
Lucro bruto		442.738	251.257	465.414	286.983
Despesas com vendas	25	(71.211)	(50.791)	(71.211)	(50.791)
Despesas gerais e administrativas	25	(46.296)	(42.939)	(47.727)	(45.389)
Outras receitas, líquidas	26	220.934	79.073	223.475	80.094
Resultado de equivalência patrimonial	14	24.233	23.580		
Lucro operacional		570.398	260.180	569.951	270.897
Despesas financeiras	27	(260.119)	(286.927)	(259.975)	(286.881)
Receitas financeiras	27	132.660	126.263	139.215	130.804
Resultado financeiro		(127.459)	(160.664)	(120.760)	(156.077)
Participação nos resultados de coligadas	14	13.038	35.084	10.199	21.623
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		455.977	134.600	459.390	136.443
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(21.343)	(6.825)	(26.189)	(11.171)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(83.503)	6.252	(82.070)	8.755
Lucro líquido do exercício		**351.131**	**134.027**	**351.131**	**134.027**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	351.131	134.027
Hedge accounting - Opções	(5.473)	
Hedge accounting - Swap	(2.175)	
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial - Copersucar S.A.	4.914	5.117
Total do resultado abrangente	348.397	139.144

Demonstração do valor agregado

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e produtos	24	1.630.748	1.366.915	1.668.425	1.419.082
Receita relativa a construção de ativos próprios (i)		371.654	401.132	371.654	401.132
Outras Receitas		31.892	(74.540)	33.100	(68.945)
		2.034.294	1.693.507	2.073.179	1.751.269
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas		(519.290)	(515.760)	(519.018)	(513.297)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(259.916)	(223.844)	(265.646)	(233.508)
		(779.206)	(739.604)	(784.664)	(746.805)
Valor adicionado bruto		1.255.088	953.903	1.288.515	1.004.464
Depreciação e amortização		(399.448)	(384.711)	(410.789)	(397.144)
Ativo biológico colhidos		(184.621)	(147.474)	(184.621)	(147.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		671.019	421.718	693.105	459.846
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		37.271	58.664	10.199	21.623
Receitas financeiras		64.133	67.627	70.688	72.168
Outras (ii)		222.854	81.276	224.187	76.702
Valor adicionado total a distribuir		**995.277**	**629.285**	**998.179**	**630.339**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		184.940	157.272	184.951	157.547
Benefícios		26.570	21.737	26.570	21.778
FGTS		15.077	14.578	15.077	14.596
Honorários dos administradores		5.075	4.852	5.075	4.852
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (inclui tributos diferidos)		166.311	41.495	173.541	53.055
Estaduais		29.124	10.084	29.390	10.343
Municipais		1.426	1.426	1.437	1.464
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros (inclui realização AVP dos arrendamentos)		183.622	182.559	183.633	182.751
Aluguéis (iii)		10.190	17.823	5.795	6.786
Variações cambiais e monetárias		20.376	38.355	20.376	38.355
Outras		1.435	5.077	1.203	4.785
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio creditados		50.294	26.029	50.294	26.029
Lucros retidos do exercício		300.837	107.998	300.837	107.998
Valor adicionado distribuído		**995.277**	**629.285**	**998.179**	**630.339**

Demonstração dos fluxos de caixa

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		455.977	134.600	459.390	136.443
Ajustes					
Depreciação	25	113.791	109.745	124.787	121.833
Amortização de direito de uso de arrendamento/parceria	25	119.063	126.568	119.063	126.568
Amortização de intangível	25	1.713	1.365	2.058	1.710
Amortização de intangível - Combinação de negócios				4.216	6.672
Resultado na baixa do imobilizado	26	1.143	(1.709)	(7)	(7.249)
Depreciação da planta portadora (Plantio)	25	164.881	147.033	164.881	147.033
Amortização da lavoura decorrente da colheita (Tratos)	25	184.621	147.474	184.621	147.474
Realização do valor justo do ativo biológico	25	63.480	135.723	63.480	135.723
Variação no valor justo do ativo biológico	12	(97.715)	(63.480)	(97.715)	(63.480)
Ajuste ao valor recuperável dos estoques	10	348		348	
Resultado de equivalência patrimonial		(24.233)	(23.580)		
Participação nos resultados de coligadas		(13.038)	(35.084)	(10.199)	(21.623)
Amortização de mais valia - Combinação de negócios	26	2.783	4.725		
Resultado com outros investimentos		(213)	(493)	(192)	(493)
Provisão para perdas com estoques obsoletos	10	271	655	271	594
Provisão para perdas esperadas com créditos	8	617	(1)	617	(1)
(Reversão) Provisão *de Impairm*ent do ativo imobilizado	13			(2.909)	4.049
Reversão da provisão para perdas contratuais	26				(5.602)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		9.214	11.234	10.014	15.398
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		114.628	149.234	114.628	149.234
Realização do ajuste a valor presente de arrendamentos	27	65.704	54.357	65.704	54.357
Instrumentos financeiros derivativos (MtM)		9.278	8.517	9.278	8.517
Provisão para restituição de energia mínima	29		3.299		
Juros e variações monetárias - partes relacionadas	29	249	350		
Contas a receber de clientes		967	(12.045)	3.192	11.966
Estoques		(18.726)	42.461	(18.726)	42.590
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar		(825)	(2.924)	(825)	(2.924)
Tributos a recuperar		(1.544)	(5.998)	(1.917)	(5.338)
Operações - cooperativa		57.870	(30.998)	57.870	(30.998)
Outros ativos		(8.691)	(533)	(8.622)	865
Ativo biológico	12	(182.618)	(184.620)	(182.618)	(184.620)
Depósitos compulsórios e judiciais		(6.477)	(11.075)	(6.639)	(11.026)
Fornecedores		(10.141)	(6.780)	(6.684)	(19.567)
Salários e encargos sociais		18.792	(4.136)	18.792	(4.136)
Tributos a pagar		(27.551)	(6.803)	(28.691)	(8.593)
Tributos parcelados		365	(581)	365	(581)
Tributos sub-judice		14.061	1.038	14.061	1.038
Partes relacionadas		8.059			
Outros passivos		17.014	11.934	11.957	6.617
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**1.033.117**	**699.472**	**1.063.849**	**752.450**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.613)	(4.689)	(10.097)	(8.000)
Demandas judiciais pagas	21.b	(12.944)	(12.796)	(13.544)	(13.627)
Juros pagos	18	(127.905)	(130.681)	(127.905)	(130.681)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**885.655**	**551.306**	**912.303**	**600.142**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgate (Aplicação) de aplicações financeiras		2.766	(2.745)	8.166	(7.655)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(212.830)	(93.828)	(224.019)	(96.706)
Formação de canaviais (Planta portadora)		(189.036)	(216.512)	(189.036)	(216.512)
Aquisições de bens intangíveis		(200)	(2.484)	(200)	(2.484)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado		2.130	3.615	2.690	8.623
Aumento de capital em coligada e controlada	14	(19.151)	(17.996)	(10.491)	(24.120)
Redução de capital em controlada	14		9.675		
Recebimento pela venda de outros investimentos			449		449
Dividendos recebidos de outros investimentos		33	101	33	101
Dividendos recebidos	14	53.859	61.183	34.921	40.469
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(362.429)**	**(258.542)**	**(377.936)**	**(297.835)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas					
Pagamento de arrendamento mercantil	16	(209.798)	(215.342)	(209.798)	(215.342)
Dividendos pagos		(32.265)	(38.211)	(32.265)	(38.211)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		5.795	11.263	5.795	11.263
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(277.098)	(315.528)	(277.098)	(315.528)
Captações de empréstimos e financiamentos	18	202.857	328.232	202.857	328.232
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(310.509)**	**(229.586)**	**(310.509)**	**(229.586)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		212.717	63.178	223.858	72.721
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	440.288	377.110	475.848	403.127
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	**653.005**	**440.288**	**699.706**	**475.848**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital: Mais valia de investimento	Reserva de capital: Transações de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial: Na Companhia	Ajuste de avaliação patrimonial: Em Coligadas e Controladas	Resultado do período	Total do patrimônio Total
Saldo em 01 de abril de 2022		**212.000**	**202.102**	**(8.318)**	**42.400**	**464.621**	**13.042**	**(13.155)**		**912.692**
Integralização de capital	23	155.000				(155.000)				
Dividendos propostos e não distribuídos						9.513				9.513
Realização do custo atribuído							(1.829)		1.829	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo								5.117		5.117
Baixa de mais valia							(3.589)			(3.589)
Lucro do exercício									134.027	134.027
Constituição de reserva legal	23				6.793				(6.793)	
Juros sobre capital próprio	23								(26.029)	(26.029)
Lucros a destinar						103.034			(103.034)	
Em 31 de março de 2023		**367.000**	**202.102**	**(8.318)**	**49.193**	**422.168**	**7.624**	**(8.038)**		**1.031.731**
Integralização de capital	23	48.000				(48.000)				
Juros sobre o capital próprio pagos						(12.905)				(12.905)
Distribuição de dividendos complementares						(712)				(712)
Realização do custo atribuído							(1.801)		1.801	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo								4.914		4.914
Hedge accounting - Opções							(5.473)			(5.473)
Hedge accounting - Swap							(2.175)			(2.175)
Lucro líquido do exercício									351.131	351.131
Constituição de reserva legal					17.647				(17.647)	
Juros sobre o capital próprio	23								(50.294)	(50.294)
Dividendo adicionais propostos									(12.674)	(12.674)
Lucros a destinar	23					272.317			(272.317)	
Em 31 de março de 2024		**415.000**	**202.102**	**(8.318)**	**66.840**	**632.868**	**(1.825)**	**(3.124)**		**1.303.543**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Informações sobre o Grupo: A Usina Santa Adélia S.A. ("Companhia") e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, possui participações em outras sociedades e explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo ("Copersucar"), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos cooperados. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os cooperados conforme estabelecido no estatuto e regulamentos da Copersucar. No ano safra encerrado em 31 de março de 2024, a moagem total foi de 6.109 mil toneladas de cana de açúcar (safra anterior - 4.758 mil), resultando na produção de 200.081 toneladas de açúcar branco e bruto (safra anterior - 139.374 toneladas), 380.622 m³ de etanol (safra anterior - 305.171 m³) e na exportação de 362.193 MWh de energia elétrica (safra anterior - 292.567 MWh). Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas e coligadas:

Empresa	Atividades principais
Pioneiros Bioenergia S.A. (Controlada)	Locação de tanques e armazéns.
Companhia Brasileira de participações em Bioeletricidade (Controlada)	Participação em outras companhias cujo objetivo seja implementação, exploração e venda de energia elétrica e vapor gerados em usinas de co-geração de energia elétrica a partir de bagaço de cana-de-açúcar e outros combustíveis.
Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açucar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açucar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Termoelétrica Santa Adélia Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Termoelétrica Interlagos Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Copersucar S.A. (Coligada)	Comercializadora global de açúcar e etanol, com logísticas integradas em toda cadeia de negócio, com excelência operacional e geração de valor de forma sustentável.
CTC - Centro de tecnologia Canavieira S.A (Coligada)	Pesquisas e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. Testes e análises técnicas, na produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificada.

2. Políticas contábeis materiais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e pelos ativos biológicos que foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2024. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como moagem de cana e energia elétrica gerada não foram auditados pelos auditores independentes. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de março de 2024 e 2023: • Pioneiros Bioenergia S.A. ("Pioneiros"); • Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade - ("CBPB"); • Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. ("Termo Ilha Solteira); • Pioneiros Termoelétrica Sud Mennuci Ltda. ("Termo Sud Mennuci); • Termoelétrica Santa Adélia Ltda. ("Termo Santa Adélia"); • Termoelétrica Interlagos Ltda. ("Termo Interlagos"). A Usina Santa Adélia S.A. controla, direta ou indiretamente, com 100% de participação todas essas entidades. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **(i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação são mensurados inicialmente pelos valores justos na data de aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial, anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. **(ii) Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.2. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. **2.3. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.4. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como o ativo biológico) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.5. Receita de contrato com cliente:** O Grupo fabrica e vende açúcar e etanol. As vendas desses produtos são reconhecidas quando os produtos são entregues aos clientes, os quais passam a ter os benefícios e assumem todos os riscos inerentes aos produtos vendidos. Todas as operações de venda de açúcar e etanol do Grupo, são efetuadas através da cooperativa - Copersucar. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e Termoelétrica Interlagos Ltda. geram, compram e vendem energia elétrica. A rece

demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:*** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.18. Ativo biológico:** Os ativos biológicos correspondem aos tratos culturais nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo, menos as despesas de vendas. O valor justo dos ativos biológicos é determinado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são registrados no exercício na subconta "Variação no valor justo do ativo biológico" na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados". Em determinadas circunstâncias, o valor justo estimado, menos as despesas de venda, se aproxima do correspondente custo de tratos, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando se espera que o impacto dessa transformação sobre o valor justo não seja material, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. **2.19. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir ao Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.20. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos e financiamentos. **2.21. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (em 1º de abril de 2023, no caso do Grupo). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. CPC 50 - Contratos de Seguro: O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23: As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis: As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, uma vez que o Grupo já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **2.22**. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, foram emitidas alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidas alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Em maio de 2023, foram emitidas alterações CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 (em 1º de abril de 2024, no caso do Grupo). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **2.23. Política de *Hedge accounting:*** A partir de 1º de julho de 2023 a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para garantir proteção contra os riscos de variação cambial e da oscilação do preço da *commodity* açúcar. O objeto de *hedge*, o item protegido, é a receita futura das vendas de açúcar em operações consideradas altamente prováveis. O instrumento de *hedge* é o instrumento financeiro derivativo de opções, especificamente na modalidade "*Zero Cost Collar*", utilizado para proteção de um ou mais riscos financeiros, originados pelo objeto de *hedge*. Os instrumentos eleitos para a designação efetuam cobertura de vendas da safra atual e de safras futuras e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras). Ainda, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia também passou a adotar *hedge accounting* de fluxo de caixa para seus contratos de *Swap* de taxas de juros e de moeda estrangeira, atrelados a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em ambos os casos, a Companhia, no início da operação, efetua a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração e são submetidas a testes periódicos de efetividade. Apenas a parcela dos instrumentos financeiros não derivativos designada para proteção (as vendas futuras altamente prováveis), alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionados a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". No caso dos *Swaps*, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, também tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz, quando aplicável, é registrado no resultado do exercício no "Resultado financeiro". Em ambos os casos os valores acumulados no patrimônio líquido serão realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* e as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota 23 (e). **3. Estimativas e premissas contábeis significativas: Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. ***Mensuração ao valor justo do ativo biológico:*** Os valores justos dos ativos biológicos da Companhia representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo das propriedades e as análises de sensibilidade são fornecidas na Nota explicativa 12. ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:*** O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. ***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:*** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e do planejamento estratégico para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota explicativa 15. ***Tributos:*** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A controladora possui prejuízos fiscais contabilizados no valor de R$ 72.172 (março de 2023 - R$ 94.147), as controladas do Grupo apresentam prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 98.455 (março de 2023 - R$ 98.983) não contabilizados. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Todas as operações de venda de açúcar e etanol da Companhia, são efetuadas através da cooperativa - Copersucar. Assim, a Companhia utiliza em suas projeções e revisões mensais, a estratégia de fixação de preços das exportações e vendas no mercado interno e externo definida pela cooperativa. As controladas indiretas não possuem política formal de gerenciamento de risco para o mercado de energia elétrica, no entanto, a administração entende que pela natureza da operação, a exposição a riscos financeiros está restrita ao índice de reajustes dos contratos firmados (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Desta forma, a administração entende que se trata de um risco financeiro plenamente aceitável e em linha com a estratégia de longo prazo de seus acionistas. **(a) Risco de mercado: (i) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(ii) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. O montante indexado ao dólar norte-americano na data do balanço patrimonial consolidado referente a empréstimos e financiamentos que montam em US$ 28.097 mil equivalentes a R$ 140.378 mil (2023 - US$ 26.379 mil equivalentes a R$ 134.016). Para mitigar estes riscos o Grupo possui uma política de *hedge* que determina a cobertura das posições por meio da contratação de *Swap* no momento da tomada do risco. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados não sendo utilizados para fins especulativos. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger (i) as operações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados e (ii) na comercialização de açúcar contra riscos de flutuação da taxa cambial e flutuação dos preços. Como descrito na nota explicativa 2.23, a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* para a contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos. A Companhia implementou a prática contábil do *hedge accounting*, com o objetivo de ordenar os efeitos dos hedges no mesmo período em que a exposição protegida é reconhecida. Assim, em atendimento ao CPC 48, correlacionado ao IFRS 9, a adoção dessa metodologia foi realizada de forma prospectiva para as operações pré-existentes, bem como para as novas operações, mediante a designação para fins de *hedge accounting*, cujos derivativos são mensurados pelo valor justo e suas correspondentes variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando designado como *hedge accounting*. A Companhia documenta, no início da operação ou, com base na adoção inicial da política para as operações pré-existentes, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*, em observância à sua política de gestão de risco. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. A Composição dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de *hedge* na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é:

						Controladora e Consolidado	
	Volume contratado (*)	Preço médio (em reais) (*)	Valor de referência - R$	Indexadores	Valor justo	(-) Tributos diferidos	Efeito no patrimônio líquido
Contratos de Swap			200.000	IPCA/CDI	(2.253)	766	(1.487)
Contratos de Swap			132.857	USD/CDI	(1.042)	354	(688)
Contratos de Opções	175.370	2.460	848.836		(8.293)	2.820	(5.473)
	175.370		**1.181.693**		**(11.588)**	**3.940**	**(7.648)**

(*) Açúcar, em toneladas.

(b) Risco de crédito: Considerando que a totalidade da produção de açúcar e etanol é entregue a Cooperativa - Copersucar, a administração entende que está, preponderantemente, exposta a um baixo nível de risco de crédito, assim como para os demais recebíveis decorrentes da venda subprodutos e demais materiais, dado a representatividade destes recebíveis. No mercado de energia elétrica, a controlada indireta, Termoelétrica Interlagos Ltda. tem como clientes, parte, empresas participantes do 1º Leilão de Energia Nova de 2005 e parte no mercado livre, a Termoelétrica Santa Adélia Ltda. tem como cliente, empresas no mercado livre. A Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. tem como único cliente a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. tem como clientes empresas participantes do Leilão de Fontes Alternativas de 2007. Dado ao baixo risco de crédito da Eletrobrás e o histórico de adimplência nos pagamentos dos demais clientes, a administração entende que este é um risco de crédito administrado. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria. **(d) Gestão de capital:** O Grupo gere seus investimentos em capital para assegurar que as entidades dependentes tenham assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços. A gestão do capital é realizada pela administração do Grupo, com enfoque no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados. Para este propósito é necessário o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de outros valores de liquidez imediata. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.015.023	1.071.254
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(699.706)	(475.848)
(-) Aplicações financeiras		(8.166)
(-) Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(15.336)	(12.460)
Dívida líquida	**299.981**	**574.780**
Total do patrimônio líquido	1.303.543	1.031.731
Capital total (Dívida líquida + Patrimônio líquido)	**1.603.524**	**1.606.511**
Índice de alavancagem financeira - %	19%	36%

(e) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, relacionados às variações do CDI e Selic. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Como referência utilizamos o CDI na data base 31 de março de 2024 a 10,65% ao ano. O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

						Controladora	
		Nota	2024	Cenário provável	Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
Caixa e equivalente de caixa	CDI	6	652.949	74.956	25%	18.234
					50%	36.039
Empréstimos e financiamentos	CDI	18	676.411	(68.494)	25%	(5.921)
					50%	(11.702)
Empréstimos e financiamentos	Selic	18	117.726	(1.926)	25%	(1.098)
					50%	(2.169)
Debêntures	CDI	18	220.870	(15.325)	25%	(2.218)
					50%	(4.385)

						Consolidado	
		Nota	2024	Cenário provável	Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
Caixa e equivalente de caixa	CDI	6	699.610	80.217	25%	19.535
					50%	38.612
Empréstimos e financiamentos	CDI	18	676.411	(68.494)	25%	(5.921)
					50%	(11.702)
Empréstimos e financiamentos	Selic	18	117.726	(1.926)	25%	(1.098)
					50%	(2.169)
Debêntures	CDI	18	220.870	(15.325)	25%	(2.218)
					50%	(4.385)

5. Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Categoria de Instrumento financeiro**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	56	63	96	328
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	652.949	440.225	699.610	475.520
Aplicações financeiras	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		2.766		8.166
Contas a receber de clientes	Mensurados ao custo amortizado	14.010	15.594	16.192	19.384
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	19.394	20.651	19.394	20.651
Contas a receber cooperativa	Mensurados ao custo amortizado	52.035	109.905	52.035	109.905
Dividendos a receber	Mensurados ao custo amortizado	304	434	304	434
Outros ativos	Mensurados ao custo amortizado	12.670	3.512	12.785	3.718
Depósitos judiciais	Mensurados ao custo amortizado	149.641	126.540	151.001	127.738
		901.059	**719.690**	**951.417**	**765.844**
Passivo					
Fornecedores	Mensurados ao custo amortizado	97.544	93.956	100.084	92.474
Empréstimos e financiamentos	Mensurados ao custo amortizado	1.015.023	1.071.254	1.015.023	1.071.254
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.058	8.191	4.058	8.191
Instrumentos financeiros derivativos - Opções açúcar (ii)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.313		6.313	
Dividendos a pagar	Mensurados ao custo amortizado	50.294	18.649	50.294	18.649
Arrendamento e parcerias a pagar	Mensurados ao custo amortizado	894.546	866.247	894.546	866.247
Outros passivos	Mensurados ao custo amortizado	37.474	18.388	60.887	46.859
		2.105.252	**2.076.685**	**2.131.205**	**2.103.674**

(i) Referem-se a *Swap* de moeda e taxa de juros, sendo: *Swap* de valor justo (USD) com valor de referência (*nocional*) de US$ 27.766 mil (2023 - US$ 25.844 mil) e *Swap* de valor justo (BRL) com valor referência (*nocional*) de R$ 242.948 (2023 - R$ 286.677), totalizando um valor justo de R$ 15.336 (março de 2023 - R$ 12.460). (ii) Referem-se a opções denominadas "*Zero Cost Collar*", (compra de *Put* e venda de *Call*). Os derivativos foram designados para proteção dos fluxos de caixa relacionados à variação do preço do açúcar e da variação cambial referente as vendas futuras de açúcar.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa	29	26	29	26
Bancos contas correntes	27	37	67	302
Depósitos bancários de curto prazo	652.949	440.225	699.610	475.520
	653.005	**440.288**	**699.706**	**475.848**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras, indexados de 80% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (92% a 110% em 2023), de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor. Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

7. Aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Aplicações financeiras de curto prazo		2.766		8.166
		2.766		**8.166**

As aplicações financeiras referiam-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com remuneração de 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2023, resgatáveis na data de seus vencimentos, que não excediam 12 meses.

8. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber de clientes no país	14.281	15.331	16.862	19.437
Contas a receber partes relacionadas	399	316		
(-) Provisão para perdas esperadas	(670)	(53)	(670)	(53)
	14.010	**15.594**	**16.192**	**19.384**
Circulante	7.999	9.002	10.181	12.792
Não circulante	6.011	6.592	6.011	6.592

O "Aging list" das contas a receber está apresentado conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
A vencer:				
até 90 dias	2.891	1.051	5.074	4.841
até 180 dias	430	26	430	26

o montante de R$18.904 (R$ 10.314 em 2023) foi amortizado e integrou o custo de produção de cana. (ii) Reversão/(Constituição) de provisão para redução ao valor recuperável pela possibilidade de utilização dos ativos em novos projetos. **13.1. Notas sobre o imobilizado: (i)** Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para Edificações e benfeitorias e Equipamentos e instalações, em conformidade com a Interpretação Técnica - ICPC 10 emitido pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado. Em decorrência, nessa mesma data, foi registrada mais valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil econômica destes. O acréscimo no valor dos bens do ativo imobilizado, correspondente ao registro do custo atribuído à época, foi no montante de R$ 68.819. O saldo em 2024 é de R$ 15.308 (R$ 18.035 em 2023). **(ii)** Em 31 de março de 2024, as obras em andamento referem-se, substancialmente, aos seguintes projetos: a) Usina de Jaboticabal: Recapeamento asfáltico da pista de entrada, Projeto sinal satelital, Filtro de caldo clarificado, Componentes da moenda e Ativos e sobressalentes estratégicos, Projeto vinhaça localizada e Sustaining cozedores de massa; b) Usina de Pereira Barreto: Sistema de irrigação de gotejo, Construção fábrica de açúcar, Projeto sinal satelital, Equipamentos críticos sobressalentes, Componentes da moenda e Modernização redutor planetário. **(iii)** Em função de alguns empréstimos, financiamentos e debêntures, bens do ativo imobilizado no montante de R$ 43.558 (R$ 47.030 em 2023) encontram-se gravados em garantia dos credores. **13.2. Custos de encargos financeiros capitalizados na formação da planta portadora:** As lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras, classificadas como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures tomados para financiar a formação destas lavouras, que inclui os arrendamentos e parcerias pagas sobre o uso da terra, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para seu uso pretendido. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo de 2024 foi de R$ 28.821 (R$ 19.026 em 2023). **13.3. Resultado na baixa do imobilizado:** No exercício findo de 2024 o Grupo vendeu ativos imobilizados com um valor de custo líquido de R$ 3.420 (R$1.374 em 2023). Os ganhos (perdas) líquidas dessas alienações foram reconhecidos como parte de outras receitas e despesas operacionais na demonstração consolidada do resultado (Nota 26).

14. Investimentos:

	Pioneiros Bioenergia S.A.	CBPB	Copersucar S.A.	CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	Controladora 2024	Controladora 2023
(a) Informações sobre as investidas						
Quantidade de ações possuídas	282.288.277	2.251.557	65.493.716	760.001		
Participação no capital social (%)	100,00%	86,61%	5,31%	0,45%		
Patrimônio líquido	37.040	82.383	2.068.334	980.599		
Lucro líquido do exercício	7.514	20.729	298.315	153.576		
(b) Movimentação dos investimentos						
Classificados no ativo não circulante						
No início do exercício	30.762	63.795	115.654	3.853	214.064	203.579
Aporte de capital		8.661	10.490		19.151	17.996
Dividendos		(19.055)	(34.641)	(163)	(53.859)	(61.617)
Redução de capital						(9.675)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo			4.910	4	4.914	5.117
Equivalência patrimonial	7.514	17.955			25.469	23.102
Participação nos resultados de coligadas			12.957	686	13.643	36.076
Resultado não realizado "*Upstream*"	(1.236)				(1.236)	478
Perdas com investimento			(605)		(605)	(992)
Investimentos	**37.040**	**71.356**	**108.765**	**4.380**	**221.541**	**214.064**
Intangíveis na aquisição de investimentos (i)						2.783
	37.040	**71.356**	**108.765**	**4.380**	221.541	216.847

(i) Referia-se a mais valia de intangíveis originado na combinação de negócios realizada em exercícios anteriores.

14.1. Investimentos no consolidado:

	Copersucar S.A.	CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	Consolidado 2024	Consolidado 2023
(a) Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	87.781.087	760.001		
Participação no capital social (%)	6,97%	0,45%		
Patrimônio líquido	2.068.334	980.599		
Lucro líquido do exercício	298.315	153.576		
(b) Movimentação dos investimentos				
Classificados no ativo não circulante				
No início do exercício	141.659	3.853	145.512	135.556
Aporte de capital	10.490		10.490	24.120
Dividendos	(34.758)	(163)	(34.921)	(40.903)
Perda de capital pela distribuição desproporcional de dividendos	(2.839)		(2.839)	(13.461)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	4.910	4	4.914	5.117
Participação nos resultados de coligadas	12.957	686	13.643	36.076
Perdas com investimento	(605)		(605)	(992)
	131.814	**4.380**	**136.194**	**145.513**

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Usina Santa Adélia S.A. e a Pioneiros Bioenergia S.A., gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização. Além de um modelo de negócios considerado único no setor sucroenergético, a Copersucar S.A. estruturou também um modelo de governança corporativa transparente, incorporando as melhores práticas do mercado. Atualmente, membros da Administração da Usina Santa Adélia S.A. representam o Grupo nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.

14.2 Resumo das informações financeiras das controladas:

	CBPB (Consolidado) 2024	CBPB (Consolidado) 2023	Pioneiros Bioenergia S.A. 2024	Pioneiros Bioenergia S.A. 2023
Balanço patrimonial				
Ativo				
Circulante	49.434	46.557	3.399	4.077
Não circulante	60.755	58.733	50.476	41.819
Total do ativo	**110.189**	**105.290**	**53.875**	**45.896**
Passivo				
Circulante	27.806	31.636	1.031	767
Não circulante			13.039	12.838
Patrimônio líquido	82.383	73.654	39.805	32.291
Total do passivo e patrimônio líquido	**110.189**	**105.290**	**53.875**	**45.896**
Demonstração do resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	61.717	74.343	3.989	9.910
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(42.803)	(47.043)	(2.573)	(1.213)
Lucro bruto	18.914	27.300	1.416	8.697
Despesas gerais e administrativas	(2.179)	(1.723)	(10)	(11)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.857	3.922	5.456	(1.864)
Resultado de equivalência patrimonial			2.776	4.093
Lucro operacional	19.592	29.499	9.638	10.915
Despesas financeiras	(43)	(79)	(63)	(1.107)
Receitas financeiras	5.510	5.498	1.294	275
Resultado financeiro	5.467	5.419	1.231	(832)
Participação nos lucros de coligadas			(2.839)	(13.461)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	25.059	34.918	8.030	(3.378)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.330)	(4.345)	(516)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**20.729**	**30.573**	**7.514**	**(3.378)**

15. Intangível:

15.1. Controladora:

	Custo	Amortização acumulada	2024	2023	Taxa de amortização
Agio (*goodwill*) (i)	166.653		166.653	166.653	
Softwares	3.937	(942)	2.995	3.431	20,60%
Direito de uso	8.432	(6.925)	1.507	2.584	12,77%
	179.022	**(7.867)**	**171.155**	**172.668**	

15.2. Consolidado:

	Custo	Amortização acumulada	2024	2023	Taxa de amortização
Contratos de comercialização de energia elétrica (CBPB e controladas)	80.060	(80.060)		4.216	8,33%
Softwares	3.937	(942)	2.995	3.431	20,60%
Direito de uso	15.330	(10.483)	4.847	6.269	9,27%
Ágio (*goodwill*) (i)	166.653		166.653	166.653	
	265.980	**(91.485)**	**174.495**	**180.569**	

(i) De acordo com CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (*goodwill*), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (*impairment*) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa "UGC" que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes. Em 31 de março de 2024 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para Safra 2024/2025 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas nove safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de dez anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	2024	2023
Taxa média de crescimento da receita operacional	3,01%	2,95%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade	3,18%	3,28%
Taxa de desconto nominal (WACC)	11,91%	13,47%

Assim, não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo de 31 de março de 2024 e 2023, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas. **16. Direito de uso e arrendamento a pagar e parcerias agrícolas a pagar:** O direito de uso é originado quando da celebração de contratos que transferem ao Grupo o direito de controlar o uso de um ativo por tempo determinado, mediante pagamento, enquadrados como contratos de arrendamentos, locação de veículos e parcerias agrícolas, embora essa última modalidade, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

16.1. Direito de uso:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Ativo de direito de uso
			Controladora e Consolidado		
Saldo em 31 de março de 2022	**238**	**14.505**	**702.301**	**59.598**	**776.642**
Adição por novos contratos	8.258		63.550	4.865	76.673
Baixa de contrato	(101)				(101)
Remensuração			92.052	(1.311)	90.741
Amortização	(2.497)	(7.526)	(146.987)	(12.762)	(169.772)
31 de março de 2023	**5.898**	**6.979**	**710.916**	**50.390**	**774.183**
Adição por novos contratos	3.769	7.616	111.690	13.732	136.807
Baixa de contrato		(3.657)	(3.248)	(16)	(6.921)
Remensuração			28.298	1.704	30.002
Amortização	(2.832)	(6.672)	(124.306)	(12.909)	(146.719)
31 de março de 2024	**6.835**	**4.266**	**723.350**	**52.901**	**787.352**

16.2 Arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar:

	Saldo dos compromissos de arrendamento	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento mercantil
			Controladora e Consolidado	
Saldo em 31 de março de 2022	**1.145.564**	**(26.282)**	**(320.274)**	**799.008**
Adição por novos contratos	135.109		(57.244)	77.865
Baixa de contrato	(101)			(101)
Remensuração	134.468		(26.804)	107.664
Pagamentos efetuados	(215.342)			(215.342)
Apropriação encargos financeiros			70.871	70.871
Liquidação com saldo de adiantamentos		26.282		26.282
31 de março de 2023	**1.199.698**		**(333.451)**	**866.247**
Adição por novos contratos	265.723		(128.916)	136.807
Baixa de contrato	(8.483)		1.119	(7.364)
Remensuração	43.065		(14.028)	29.037
Pagamentos efetuados	(209.798)			(209.798)
Apropriação encargos financeiros			79.617	79.617
31 de março de 2024	**1.290.205**		**(395.659)**	**894.546**
Circulante	210.645		(79.578)	131.067
Não circulante	1.079.560		(316.081)	763.479

No exercício findo em 31 de março de 2024 a taxa de desconto utilizada foi de 14,07% ao ano (15,37% em 2023). Os saldos estimados de arrendamento e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Safra	Controladora e consolidado
De 01/04/2025 a 31/03/2026	85.678
De 01/04/2026 a 31/03/2027	115.840
De 01/04/2027 a 31/03/2028	111.063
De 01/04/2028 a 31/03/2029	89.692
De 01/04/2029 a 31/03/2030	61.087
De 01/04/2030 a 31/03/2031	47.038
De 01/04/2031 a 31/03/2032	47.005
De 01/04/2032 a 31/03/2033	47.226
De 01/04/2033 a 31/03/2034	50.218
A partir de 01/04/2034	108.632
	763.479

17. Fornecedores:

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Cana-de-açúcar		27.151	37.326	27.151	37.326
Equipamentos, materiais e serviços		69.598	48.836	72.705	50.827
Partes relacionadas	29	795	7.794	228	4.321
		97.544	**93.956**	**100.084**	**92.474**

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração o produto recebido e ainda não pago, bem como o complemento de preço calculado com base no preço estimado no final da safra. Contas a pagar a fornecedores de cana não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 60 dias. **18. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo custo amortizado.

	Encargos financeiros incidentes	Controladora e consolidado 2024	Controladora e consolidado 2023
Moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 1,20% a 1,25% a.a.	205.000	52.419
	CDI + 1,70% a 2,35% a.a.	58.091	83.628
	CDI + 2,38% a 2,95% a.a.	47.725	143.176
	6,20% a 9,36% a.a. (i)	45.163	82.423
Finame	2,50% a 5,50% a.a.		189
	9,50% a 10,50 % a.a.	16	80
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI + 1,90 % a.a.	11.669	53.162
BNDES Renovabio	Variação da SELIC + 2,20 % a.a.	117.726	119.777
Debêntures	IPCA + 6,88 % a.a. (ii)	220.870	210.179
Inter-American Development Bank (IDB)	CDI + 2,95% a.a.		23.080
International Finance Corporation (IFC)	CDI + 2,60% a.a.	168.385	169.125
Moeda estrangeira			
Inter-American Development Bank (IDB)	3,50% a.a. + LIBOR 6M (iii)		34.946
International Finance Corporation (IFC)	5,32% a.a. (iv)	97.444	99.070
Capital de giro	6,68 % a.a. (v)	42.934	
		1.015.023	**1.071.254**
Circulante		**205.645**	**275.532**
Não circulante		**809.378**	**795.722**

(i) Parte do montante está indexado a 137,8 % do CDI a.a. e parte está indexado ao CDI + 3,22 % a.a., via contrato de *Swap*. (ii) A totalidade das Debêntures atreladas ao IPCA + 6,88% está indexada ao CDI + 1,77 % a.a, via contrato de *Swap*. (ii) A totalidade do empréstimo com o Inter-American Development Bank (IDB) atrelado a LIBOR+ está indexado ao CDI + 3,38 % a.a., via contrato de *Swap*. (iii) A totalidade do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado ao CDI + 2,60% a.a., via contrato de *Swap*. (iv) A totalidade do empréstimo de capital de giro está indexado ao CDI + 1,79% a.a., via contrato de *Swap*. **(a)** No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia concretizou a captação de recursos via Mercado de capitais, através de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme lei 12.431/11, com distribuição via oferta CVM 476 (Esforços restritos), no valor de R$ 200.000. Esta emissão ocorreu em série única, com o prazo de 6 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, equivalentes a CDI + 1,775% a.a. e amortizações anuais de principal a partir do 36º mês de vigência. **(b)** O saldo exigível a longo prazo da dívida bruta dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição:

Safra	Controladora e consolidado 2024	Controladora e consolidado 2023
De 01/04/2024 a 31/03/2025		132.001
De 01/04/2025 a 31/03/2026	102.005	178.544
De 01/04/2026 a 31/03/2027	196.979	151.648
De 01/04/2027 a 31/03/2028	179.462	134.131
De 01/04/2028 a 31/03/2029	187.997	139.128
De 01/04/2029 a 31/03/2030	85.249	47.917
De 01/04/2030 a 31/03/2031	41.019	12.353
De 01/04/2031 a 31/03/2032	16.667	
	809.378	**795.722**

(c) Para as garantias das operações de capital de giro foram oferecidas, aval de acionistas, recebíveis da cooperativa, alienação fiduciária de bens e fianças bancárias. Para as operações de Finame foram oferecidos os próprios bens financiados, bem como aval dos acionistas. Adicionalmente a essas garantias, a Companhia deve observar determinadas cláusulas contratuais ("*covenants*"), tais como: liquidez corrente, despesas financeiras líquidas sobre o *EBITDA* e dívida líquida sobre *EBITDA*, vinculados a índices de performance e desempenho calculados com base nos índices anuais. Em 31 de março de 2024 e 2023 as cláusulas foram integralmente cumpridas. A movimentação da dívida líquida nos exercícios apresentados é como segue:

	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Controladora Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	1.007.152	(3.538)	(377.110)	(21)	626.483
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	328.232		(328.232)		
Pagamento de empréstimos	(315.528)		315.528		
Encargos financeiros pagos	(101.978)	(28.703)	130.681		
Pagamento de arrendamento mercantil			215.342		215.342
Resultado de Swap		11.263	(11.263)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(223.340)	(2.745)	(226.085)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	153.376	8.518	(161.894)		
Dívida líquida em 31 de março de 2023	**1.071.254**	**(12.460)**	**(440.288)**	**(2.766)**	**615.740**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		277.098		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	127.905		
Pagamento de arrendamento mercantil			209.798		209.798
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(484.918)	2.766	(482.152)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
MtM hedge accounting - Swap		3.296			3.296
Dívida líquida em 31 de março de 2024	**1.015.023**	**(15.336)**	**(653.005)**		**346.682**

	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Consolidado Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	1.007.152	(3.538)	(403.127)	(511)	599.976
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	328.232		(328.232)		
Pagamento de empréstimos	(315.528)		315.528		
Encargos financeiros pagos	(101.978)	(28.703)	130.681		
Pagamento de arrendamento mercantil			215.342		215.342
Resultado de Swap		11.263	(11.263)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(232.883)	(7.655)	(240.538)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	153.376	8.518	(161.894)		
Dívida líquida em 31 de março de 2023	**1.071.254**	**(12.460)**	**(475.848)**	**(8.166)**	**574.780**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		277.098		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	127.905		
Pagamento de arrendamento mercantil			209.798		209.798
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(496.059)	8.166	(487.893)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
MtM hedge accounting - Swap		3.296			3.296
Dívida líquida em 31 de março de 2024	**1.015.023**	**(15.336)**	**(699.706)**		**299.981**

19. Salários e encargos sociais:

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Salários e participações nos resultados	31.460	15.020
Provisão para férias	14.715	13.292
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	2.819	2.177
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	2.174	2.115
Provisão para 13º salário	2.714	2.554
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.155	1.087
	55.037	**36.245**

20. Tributos parcelados e sub-judice:

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Tributos parcelados		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Copersucar	419	1.077
Tributos s/venda de marca - Copersucar	1.023	
	1.442	**1.077**
Circulante	1.442	
Não circulante		1.077
Tributos sub-judice		
IPI - Copersucar (i)	540	520
Liminar CPMF - Copersucar (i)	1.069	952
Crédito presumido de IPI - Copersucar (i)	21.084	21.146
Adiantamento honorários Pis/Cofins - Copersucar (i)		74
IPI sub-judice - Copersucar (i)	2.198	2.427
Pis/Cofins sobre receitas financeiras - Copersucar (i)	91	104
Tributos s/venda de marca - Copersucar (i)		2.630
Indenizatória - IAA (ii)	88.591	64.987
	113.573	**92.840**

(i) Tributos sub-judice decorrem de obrigações tributárias em questionamento judicial, quando o contribuinte contesta na Justiça o valor de um imposto e/ou a exigibilidade de seu pagamento. Estes passivos decorrem de obrigações assumidas pela Copersucar - Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo e pela cooperada Usina Santa Adélia S.A. O principal questionamento refere-se ao crédito presumido de IPI. **(ii)** A Companhia, em conexão com a Copersucar, propôs medida judicial para discussão da cobrança do Imposto de renda e Contribuição social e realizou o recolhimento destes tributos mediante depósito judicial. Paralelamente, a Cooperativa propôs medida judicial objetivando afastar a exigência de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome da Cooperativa. A fim de garantir a não exigibilidade a Companhia procedeu com os depósitos judiciais relacionados conforme pode ser observado na nota explicativa 21. **21. Provisão para contingências:**

(a) Composição das provisões para contingências e depósitos judiciais:

	Depósitos compulsórios e judiciais Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Tributárias	9.723	11.702	10.270	12.250
Indenizatória - IAA (i)	134.977	106.543	134.977	106.543
Trabalhistas e previdenciárias	4.941	8.283	5.754	8.933
Reclamações cíveis		12		12
Ambientais				
	149.641	**126.540**	**151.001**	**127.738**

	Provisões para contingências Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Tributárias	4.563	2.910	4.595	2.910
Indenizatória - IAA (i)				
Trabalhistas e previdenciárias	27.052	32.442	29.869	35.526
Reclamações cíveis			10.190	9.610
Ambientais	168	161	168	306
	31.783	**35.513**	**44.822**	**48.352**

(i) Indenizatória - IAA: O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980, conforme mencionado na Nota 9. A União também foi condenada a indenizar a Pioneiros Bioenergia S.A, controlada da Companhia, por uma ação da mesma natureza (0027945-79.2000.4.01.3400), com precatório emitido em 2021. O valor de R$ 140.264 foi depositado em dezembro de 2023, no entanto, o levantamento encontra-se bloqueado em função da pendência do julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela União. O montante foi classificado como ativo contingente, considerando que a liberação financeira não está sob controle da entidade e pode ser fortemente influenciada pelo cenário político e econômico atual. Na data destas demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração é de que o direito representa um crédito provável, no entanto, não pode ser considerado praticamente certo.

(b) Movimentação da provisão para contingências:

	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Controladora Total
Saldo em 31 de março de 2022	**36.922**	**153**		**37.075**
Adições	5.711		2.910	8.621
Reversões				
Pagamentos efetivos	(12.796)			(12.796)
Atualização monetária	2.605	8		2.613
Saldo em 31 de março de 2023	**32.442**	**161**	**2.910**	**35.513**
Adições	5.413		3.892	9.305
Reversões			(2.538)	(2.538)
Pagamentos efetivos	(12.944)			(12.944)
Atualização monetária	2.141	7	299	2.447
Saldo em 31 de março de 2024	**27.052**	**168**	**4.563**	**31.783**

	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Consolidado Total
Saldo em 31 de março de 2022	**5.003**	**41.425**	**153**		**46.581**
Adições	4.139	6.319	137	2.910	13.505
Reversões	(16)	(1.578)			(1.594)
Pagamentos efetivos	(3)	(13.624)			(13.627)
Atualização monetária	488	2.984	15		3.487
Saldo em 31 de março de 2023	**9.611**	**35.526**	**305**	**2.910**	**48.352**
Adições		5.663		3.921	9.584
Reversões	(57)	(169)	(145)	(2.538)	(2.909)
Pagamentos efetivos		(13.544)			(13.544)
Atualização monetária	636	2.394	7	302	3.339
Saldo em 31 de março de 2024	**10.190**	**29.870**	**167**	**4.595**	**44.822**

(c) Natureza das contingências: O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são suportadas por depósitos judiciais e seguros garantia. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: • Trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre os valores de rescisão contratual. • Cíveis: referem-se a ações de indenização por acidente de trabalho e de acidentes ocorridos com veículos do Grupo e com veículos de empresas terceirizadas. • Ambientais: referem-se a ações relacionadas a situações ocorridas por queima de canavial (ocorrido por incêndio criminoso), manutenção de área de preservação permanente; corte de árvores sem licenciamento, dentre outros. A Companhia e sua controlada Pioneiros Bioenergia S.A. são partes envolvidas em outras demandas administrativas e judiciais, sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como possível perda:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Cíveis	1.497	1.508	521.018	484.245
Tributárias	77.763	75.935	99.049	77.060
Trabalhistas e ambientais	9.277	10.828	10.164	10.727
	88.537	**88.271**	**630.231**	**572.032**

O principal processo classificado pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda possível refere-se a uma ação cível da controlada Pioneiros Bioenergia S.A. com objetivo de ressarcir a Massa Falida do Banco Santos por conta de uma suposta emissão de títulos ocorrida em abril de 2004. Na data destas demonstrações financeiras o passivo contingente monta em R$ 519.521 (R$ 482.452 em 2023). O processo teve origem em período anterior a aquisição dessa controlada pela Companhia, e está considerado no contrato de compra e venda como objeto de ajuste de participação societária no caso de eventual perda patrimonial.

22. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Créditos tributários sobre:	2022	Resultado	2023	Resultado	Patrimônio líquido	Controladora 2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda	78.595	(9.369)	69.226	(16.158)		53.068
Base negativa da contribuição social	28.294	(3.373)	24.921	(5.817)		19.104
Provisão para contingências	13.589	2.342	15.931	(1.268)		14.663
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	8.918	3.364	12.282	8.931		21.213
Provisão para perdas	645	(265)	380	3.403		3.783
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	219	3.983	4.202	(4.202)		
Hedge accounting - fluxo de caixa swap					1.121	1.121
Hedge accounting - fluxo de caixa opções					2.820	2.820
	130.260	**(3.318)**	**126.942**	**(15.111)**	**3.941**	**115.772**
Débitos tributários sobre:						
Diferença de taxa de depreciação	(25.070)	(408)	(25.478)	(859)		(26.337)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(7.074)	942	(6.132)	927		(5.205)
Valor justo do ativo biológico	(46.132)	24.562	(21.570)	(11.639)		(33.209)
Depreciação acelerada incentivada	(15.770)	(7.754)	(23.524)	(4.168)		(27.692)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(1.203)	(3.033)	(4.236)	(978)		(5.214)
Depreciação acelerada Lavouras formadas				(38.041)		(38.041)
CPC 06 - Contratos de arrendamentos				(10.146)		(10.146)
Outras diferenças tributáveis		(4.739)	(4.739)	(3.488)		(8.227)
	(95.249)	**9.570**	**(85.679)**	**(68.392)**		**(154.071)**
IRPJ e CSLL líquidos	**35.011**	**6.252**	**41.264**	**(83.503)**	**3.941**	**(38.299)**

Créditos tributários sobre:	2022	Resultado	Patrimônio líquido	2023	Resultado	Patrimônio líquido	Consolidado 2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda	78.595	(9.369)		69.226	(16.158)		53.068
Base negativa da contribuição social	28.294	(3.373)		24.921	(5.817)		19.104
Provisão para contingências	13.589	2.342		15.931	(1.268)		14.663
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	8.918	3.364		12.282	8.931		21.213
Provisão para perdas	645	(265)		380	3.403		3.783
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	220	3.982		4.202	(4.202)		
Hedge accounting - fluxo de caixa swap						1.121	1.121
Hedge accounting - fluxo de caixa opções					

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercado externo:				
Açúcar	205.082	59.717	205.082	59.717
Etanol	113.012	100.392	113.012	100.392
	318.094	160.109	318.094	160.109
Receita bruta de produtos e serviços	1.622.736	1.366.915	1.660.413	1.419.082
Realização *hedge accounting*				
- Opções de açúcar	8.012		8.012	
Impostos sobre vendas	(125.435)	(74.395)	(128.186)	(78.339)
	1.505.313	**1.292.520**	**1.540.239**	**1.340.743**

As receitas do Grupo estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Serviços ("ISS") e Contribuição Previdenciária Patronal ("INSS") reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota
Imposto sobre Operação relativas à Circulação de Mercadoria	ICMS	Diversas (*)
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%(I), 1,65%(II)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%(I), 7,60%(II)
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%
Contribuição Previdenciária Patronal	INSS	0,25% a 2,85%

(I) Alíquota para lucro presumido (Termoelétricas); (II) Alíquota para lucro real (Demais);
(*) Refletem as alíquotas vigentes em cada estado de operação do Grupo no Brasil:

Diversas (*)	Alíquota
Açúcar	7% a 18%
Etanol hidratado	12%
Etanol anidro	Diferimento
Energia	Diferimento/não incidência
Outras	7% a 18%

25 Despesas por natureza:

	Controlada		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matérias-primas	(248.111)	(184.761)	(248.111)	(186.334)
Insumos e materiais de consumo	(22.291)	(23.230)	(22.708)	(23.328)
Variação valor justo do ativo biológico	97.715	63.480	97.715	63.480
Realização do valor justo ativo biologico	(63.480)	(135.723)	(63.480)	(135.723)
Amortização do ativo biológico	(184.621)	(147.474)	(184.621)	(147.474)
Amortização da planta portadora	(164.881)	(147.033)	(164.881)	(147.033)
Amortização do direito de uso	(119.063)	(126.568)	(119.063)	(126.568)
Despesas com pessoal	(151.426)	(128.734)	(151.437)	(129.067)
Depreciação e amortização	(115.504)	(111.111)	(127.343)	(123.541)
Serviços de terceiros	(101.557)	(99.237)	(102.520)	(99.493)
Manutenção	(38.405)	(31.348)	(38.476)	(31.429)
Combustíveis	(50.671)	(54.300)	(50.750)	(54.440)
Outras (receitas) e despesas	(17.439)	(8.954)	(17.740)	(8.990)
Perda na realização dos estoques	(348)		(348)	
Total	**(1.180.082)**	**(1.134.993)**	**(1.193.763)**	**(1.149.940)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.062.575)	(1.041.263)	(1.074.825)	(1.053.760)
Despesas gerais e administrativas	(46.296)	(42.939)	(47.727)	(45.389)
Despesas com vendas	(71.211)	(50.791)	(71.211)	(50.791)
	(1.180.082)	**(1.134.993)**	**(1.193.763)**	**(1.149.940)**

26. Outras receitas (despesas), líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Indenizatória - IAA (ii)	228.456	86.091	228.456	86.091
Amortização da mais valia - combinação de negócios	(2.783)	(4.725)		
Crédito extemporâneo IRPJ/CSLL			620	
Crédito extemporâneo PIS e Cofins (i)	8.343		8.347	80
Baixa de creditos - CSRF / ICMS	(2.653)		(2.634)	
Restruturação Polo Noroeste	(256)	(361)	(327)	(2.633)
Impairment do imobilizado				(4.049)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.407)	2.756	(4.550)	742
Venda de produtos agrícolas	3.520	3.862	3.520	3.862
Prestação de serviços agrícolas	(11.413)	(14.371)	(11.413)	(14.371)
Outras despesas PPA			(4.216)	(6.672)
Provisão para perdas com estoques	(333)	(655)	(333)	(594)
(Reversão) Provisão para contingências	(2.943)	1.563	(3.143)	(1.771)
Outras provisões (reversões) diversas	(147)		2.390	
Provisão restituição energia e performance		(3.299)		
Recuperações diversas	6.693	6.503	6.751	6.558
Resultado na baixa do imobilizado	(1.143)	1.709	7	7.249
Liquidações contratos CCEE				5.602
	220.934	**79.073**	**223.475**	**80.094**

(i) Refere-se aos créditos extemporâneos de Pis e Cofins reconhecidos face a reavaliação da Administração quanto aos aspectos e pela fixação do conceito de insumo, compreendido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância. **(ii)** Indenizatória IAA: recebimentos referentes a última parcela do 1º precatório, da quinta e última parcela do 2º precatório e da integralidade do 3º precatório (Nota 9). Este montante está deduzido das despesas com honorários advocatícios e tributos incidentes (Pis e Cofins).

27. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(80.546)	(115.277)	(80.557)	(115.469)
Perdas rateadas pela cooperativa	(1.271)	(3.218)	(1.271)	(3.218)
Perda com derivativos - *Swap*	(70.203)	(67.150)	(70.203)	(67.150)
Perda com derivativos - *Opções*	(4.279)		(4.279)	
Variação cambial	(12.461)	(13.366)	(12.461)	(13.366)
Variação monetária	(23.198)	(24.992)	(23.198)	(24.992)
Ajuste a valor presente	(64.338)	(54.357)	(64.338)	(54.357)
Outras	(3.823)	(8.567)	(3.668)	(8.329)
	(260.119)	**(286.927)**	**(259.975)**	**(286.881)**
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	45.862	55.091	51.693	59.533
Ganhos rateados pela cooperativa	313	1.911	313	1.911
Juros recebidos ou auferidos	11.936	9.999	12.661	10.097
Ganho com derivativos - *Swap*	53.244	58.633	53.244	58.633
Ganho com derivativos - *Opções*	4.385		4.385	
Variação cambial_	15.283	3	15.283	3
Outras_	1.637	626	1.636	627
	132.660	**126.263**	**139.215**	**130.804**
Resultado financeiro, líquido	**(127.459)**	**(160.664)**	**(120.760)**	**(156.077)**

28. Compromissos: O Grupo possui compromissos de vendas de açúcar, etanol e energia, por meio dos quais se compromete a entregar volumes desses produtos na próxima safra. Em 31 de março de 2024, os volumes de compromissos totalizam 218.883 toneladas de açúcar (170.620 toneladas em 31 de março de 2023), 385.123 metros cúbicos de etanol (346.703 metros cúbicos em 31 de março de 2023), além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 360.798 Mwh (362.193 Mwh em 31 de março de 2023) a serem cumpridos até 31 de março de 2025. Adicionalmente, o Grupo possui contratos de arrendamento e parceria agrícola conforme mencionado na nota 16.

Diretoria

Josmar Verillo
Diretor Presidente
Aline Marchesini Ribeiro de Andrade
Contadora - CRC SP: 323376/O-8

29. Transações com partes relacionadas:
29.1 Controladora:

	Pioneiros Bioenergia S.A.	Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade	Copersucar S.A.	Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda.	Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda.	Termoelétrica Santa Adelia Ltda.	Termoelétrica Interlagos Ltda.	CTC - Centro de tecnologia Canavieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda.	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	Controladora 2024	Controladora 2023
(a) Saldos													
Ativo circulante													
Contas a receber (i)	98	14		14	166	79	125					496	316
Adiantamentos													1.632
Dividendos a receber			141					163				304	434
Ativo não circulante													
Direito de uso									279.622	265	49.807	329.694	331.724
Passivo circulante													
Fornecedores (ii)	(536)			(31)							(228)	(795)	(7.794)
Parceria a pagar									(20.103)	(112)	(2.222)	(22.437)	(18.968)
Dividendos a pagar											50.294	50.294	(18.649)
Mútuo a pagar (iv)	(199)											(199)	
Passivo não circulante													
Parceria a pagar									(310.148)	(208)	(50.004)	(360.360)	(354.756)
Mútuo a pagar (iv)	(8.059)											(8.059)	
(b) Principais operações													
Venda de serviços (i)	293	151		151	10.751	8.185	7.902					27.433	24.330
Aluguel (iii)	(5.550)											(5.550)	(15.864)
Parceria Agrícola									(51.953)	(126)	(10.114)	(62.193)	(50.238)
Pagamentos de royalties								(4.358)				(4.358)	(4.272)
Dividendos recebidos		19.055	24.346					97				43.498	61.183
Compra de materiais e insumos	(2.063)				(28)							(2.091)	
Ajuste de performance de energia elétrica (ii)													(3.299)
Despesa financeira sobre ajuste de performance							(50)					(50)	(350)
Redução de capital													9.675
Encargos financeiros mútuo	(199)											(199)	

(i) A Companhia possui contratos de operação e manutenção das instalações industriais de cogeração de energia elétrica das controladas indiretas Termoelétrica Santa Adélia Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., com vigência indeterminada, sendo, no entanto, causa de rescisão automática a reestruturação societária da CBPB. Adicionalmente Companhia possui contrato de serviços administrativos das controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e controlada direta Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade. **(ii)** Decorrente do contrato acima mencionado, a Companhia mantém duas obrigações de restituição: "Restituição de energia contratada" e "Restituição de garantia mínima de performance". A primeira corresponde à diferença financeira ocorrida em função da impossibilidade de geração mínima de energia necessária para cumprimento dos contratos em vigor, hipótese em que a Usina Santa Adélia S.A. deverá restituir às controladas indiretas pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada comprometida pelos contratos em vigor. A segunda restituição corresponde à diferença financeira ocorrida da impossibilidade de geração de energia necessária para cumprimento da Garantia Mínima de Performance, que se refere à obrigação da Usina Santa Adélia S.A de garantir a matéria-prima necessária para a geração de 295.197 Mwh anualmente. A apuração das restituições é realizada no término de cada ano safra, assim em março de 2024 não foi constituído saldos de restituição (em março de 2023 - R$ 3.299). **(iii)** No exercício a Companhia realizou a locação de veículos, de um galpão para armazenamento de fertilizantes e de tanques de armazenagem de etanol junto a Pioneiros Bioenergia S.A. **(iv)** Em janeiro de 2024 foi firmado um contrato de mútuo entre a Pioneiros Bioenergia S.A. e a Usina Santa Adélia S.A. com taxa efetiva de juros de 10,81% a.a. e vencimento em abril de 2025. As transações com partes relacionadas são realizadas com base nos valores acordados entre as partes. O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga durante o exercício findo em março de 2024 refere-se a salários, encargos sociais e programa de remuneração variável no montante de R$ 5.835 (em março de 2023 - R$ 6.401). Os valores relacionados à remuneração da administração são aprovados em ata de reunião do Conselho de Administração, a qual está vigente conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2023.

29.2 Consolidado:

	Copersucar S.A.	CTC - Centro de tecnologia Canavieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	Consolidado 2024	Consolidado 2023
(a) Saldos							
Ativo circulante							
Dividendos a receber	141	163				304	434
Adiantamentos							1.632
Ativo não circulante							
Direito de uso			279.622	265	49.807	329.694	331.724
Passivo circulante							
Fornecedores				(228)	(228)	(228)	(4.321)
Parceria a pagar			(20.103)	(112)	(2.222)	(22.437)	(18.968)
Dividendos a pagar					50.294	50.294	(18.649)
Passivo circulante							
Parceria a pagar			(310.148)	(208)	(50.004)	(360.360)	(354.756)
(b) Principais operações							
Parceria Agrícola			(51.953)	(126)	(10.114)	(62.193)	(43.218)
Pagamentos de *royalties*		(4.358)				(4.358)	(1.419)
Dividendos recebidos	24.346	97				24.443	40.469

30. Seguros: A Companhia e suas controladas buscam no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de março de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Bens Segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura em reais
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	330.757
Lucros Cessantes	Prejuízos pela interrupção da atividade produtiva em decorrência de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais.	260.000
Linhas de transmissão	Danos materiais (Excluindo roubo e furto de cabos)	2.000
Veículos	Cascos	Valor mercado
	Danos materiais e danos corporais	600
	Danos morais	50
Equipamentos agrícolas	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, colisão, roubo e furto)	165.262
	Danos elétricos	33.052
Responsabilidade civil geral	Danos causados à terceiros em virtude da operação da empresa	20.000
Responsabilidade civil - Diretores e Administradores (D&O)	Ações contra Diretores e Administradores do Grupo	25.000

Embora as lavouras de cana-de-açúcar não sejam cobertas por seguros, a Companhia, além de adotar medidas preventivas, como por exemplo, a manutenção de brigadas de incêndio, entende que o valores segurados para perda de receita bruta é suficiente para assegurar a continuidade normal de suas operações em eventual caso de sinistro. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da **Usina Santa Adélia S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina Santa Adélia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos: Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía saldo de R$ 280.333 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 12, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC-SP198698/O

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 2ZR2B-62JRM-EEGK6-UY8ZZ

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 19/06/2024 13:40 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2ZR2B-62JRM-EEGK6-UY8ZZ

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate